



**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ESTUDAR E APRESENTAR PROPOSTAS DE
UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS CIVIS E MILITARES.**

**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2016,
(Do Senhor Deputado Alberto Fraga).**

Solicita seja **convocado** a comparecer perante esta Comissão Especial o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, **Eugênio José Guilherme de Aragão**, com a finalidade de esclarecer as circunstâncias do pedido de exoneração do cargo de Comandante da Força Nacional de Segurança Pública, departamento subordinado à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, do **Cel. Adilson Moreira**; as providências que estão sendo adotadas em relação ao fato, e ainda a proposta de unificação das polícias civis e militares.

Senhor Presidente,

Solicita seja **convocado** a comparecer perante esta Comissão o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, **Eugênio José Guilherme de Aragão**, com a finalidade de esclarecer as circunstâncias do pedido de exoneração do cargo de Comandante da Força Nacional de Segurança Pública, departamento subordinado à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, do **Cel. Adilson Moreira**; as providências que estão sendo adotadas em relação ao fato, e ainda a proposta de unificação das polícias civis e militares.

Justificativa

A motivação da apresentação dessa convocação ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, **Eugênio José Guilherme de Aragão**, leva em conta a necessidade de discutir proposta de unificação das polícias civis e militares, bem como, no âmbito do referido processo, as circunstâncias que levaram o **Cel. Adilson Moreira**, oficial da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), ex-comandante da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), departamento subordinado à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, a requerer sua exoneração do cargo, com graves críticas ao Governo Federal e à presidente da República **Dilma Vana Rousseff**.



CAMARA DOS DEPUTADOS

De acordo com informações veiculadas por diferentes veículos de comunicação, o **Cel. Adilson Moreira** teria encaminhado a seus subordinados, por ocasião do pedido de exoneração, mensagem eletrônica onde afirmaria, textualmente que ***“Minha família exigiu minha saída, pois não precisa ser muito inteligente para saber que estamos sendo conduzidos por um grupo sem escrúpulos, incluindo aí a presidente da República. Me sinto cada vez mais envergonhado. O que antes eram rumores, se concretizaram”.***

Sendo atribuição desta Comissão Especial discutir uma proposta de unificação das polícias civis e militares, e tendo em vista que a Força Nacional de Segurança Pública é formada por integrantes destas forças policiais, na forma do art. 4º, § 2º do Decreto nº 5.289 de 2004; tendo como finalidade atuar em situações de distúrbios públicos, permitindo a interferência armada nos Estados da União, em questões de interesse do Governo Federal, na forma do Decreto Presidencial nº 7.957, de 12 de março de 2013, e ainda em face da gravidade das declarações de seu ex-comandante; cabível e indispensável seja procedida a oitiva do Senhor Ministro da Justiça, ao qual o referido departamento encontra-se subordinado, de forma a trazer luz aos fatos e tranquilidade à ordem pública.

Assim, nos termos regimentais, requer-se a aprovação, pelos nobres pares desta Comissão Especial, da convocação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, **Eugenio José Guilherme de Aragão**, para se manifeste sobre os fatos anteriormente descritos, em reunião de audiência pública, sem prejuízo de outros nomes que venham a ser indicados com a mesma finalidade.

Sala da Comissão, em 31 de março de 2016.

Deputado **Alberto Fraga**,
DEM/DF.